



### 11º Simpósio de Ensino de Graduação

## CONCEPÇÕES DO PROFESSOR EM RELAÇÃO À INCLUSÃO APÓS TER RECEBIDO UM ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

#### Autor(es)

---

ELAINE ANTUNES LIMA  
ANTONIO IRINEU AGUILLERA  
REBECA PASCHOAL PADULLA  
THAIS CORREA MELLA

#### Orientador(es)

---

JOANA MARIA PRACONI REZENDE

#### Resumo Simplificado

---

Buscando compreender a dialética que envolve as questões sobre inclusão de pessoas com necessidades especiais, e as possibilidades de atuação, realizamos este trabalho. Omote (1994, p.127) apresenta por um lado, a concepção da “deficiência como algum atributo inerente à pessoa deficiente, como algo que caracteriza o seu organismo ou o seu comportamento”. Em oposição, a delimitação do objeto de conceituação é baseada “em áreas supostamente específicas de comprometimento”. Assim, é recorrente atribuir-se ao aluno com necessidades especiais padrões comportamentais idealizados sendo função da Psicologia desmistificar esse padrão. O **objetivo** constituiu na identificação das concepções norteadoras do trabalho dos professores da rede regular de ensino, após terem recebido alunos com necessidades especiais em sala de aula, num comparativo ao trabalho desenvolvido por Monteiro e Manzini (2008). A **metodologia** aplicada foi a abordagem qualitativa, embasada em entrevistas semi-dirigidas, categorização e análise do conteúdo do discurso de quatro professores de escolas da Rede Pública de Ensino. Todos tinham como formação inicial o Curso de graduação em Pedagogia, dois também tinham Cursos de Pós-Graduação e um a participação em Curso Complementar. Os **resultados** evidenciaram o “medo” do professor ao receber um aluno com necessidades educativas especiais (NEE), na sala de aula regular. Um aspecto revelador desses resultados são as expectativas do professor frente ao desempenho do aluno com NEE. O que também se evidenciou é que os professores que receberam alunos com deficiência em sua sala de aula não haviam sido preparados, com antecedência para isso, desconhecendo suas necessidades. Ressalta-se o fato de que esses professores tinham auxiliares em sala de aula, tal condição não garantiu a inclusão para esses alunos. O desejo de “receitas prontas” das práticas inclusivas também parece ser uma constante entre esses professores. A expectativa de que o aluno tenha um laudo específico sobre sua patologia e determine formas de atuação de profissionais evidenciando a concepção de “saúde-doença”, mesclando definições de uma patologia com a deficiência em si. Vale destacar as práticas veladas de exclusão sobre a nomenclatura de “sala de apoio, ou sala especial”, amparadas na LDB 9694/96, quando direciona que “a recuperação é concebida como forma de sanar os problemas dos alunos com defasagens, que não são aquelas relacionadas apenas aos conteúdos, como também às habilidades e competências”, ficando a critério das escolas a interpretação acerca do trabalho da inclusão (Pereira, 2005, p. 51). Conclui-se que os dados encontrados nesse estudo são similares ao trabalho de Monteiro e Manzini (2008), quando apontam que: “as mudanças de concepções ocorridas foram poucas; algumas serviram para modificar as crenças, mas as concepções sobre aprendizagem não foram tocadas [...]”. Embora algumas professoras tenham superado o medo inicial de trabalhar com alunos NEE, não observamos mudanças quanto a expectativa de que sejam capazes de aprender, superem as próprias deficiências e não sejam comparados a um padrão de “normalidade”. Assim, mais que uma postura de cunho das políticas implantadas, há um árduo trabalho a ser desenvolvido no âmbito da Psicologia Educacional.